

Pelo 60º aniversário da Unesco¹

Claude Lévi-Strauss*

É uma grande honra que a Unesco me concede permitindo que eu traga meu testemunho por ocasião do 60º aniversário de sua fundação. Sou grato e reconhecido, senhor Diretor Geral, sem dissimular o fato de que este favor se deve sobretudo ao triste privilégio de minha idade, pois com o passar do tempo, diminui o número daqueles que foram direta ou indiretamente associados à atividade da Unesco durante seus dez ou quinze primeiros anos de existência.

É verdade que fui um deles, e por ocasiões tão diversas que às vezes não consigo rememorar-las. Elas vão da Primeira Declaração Sobre as Raças à organização de um seminário sobre o papel das matemáticas nas ciências humanas (do qual participaram Jean Piaget, Jacques Lacan, Benoit Mandelbrot, futuro inventor dos fractais), passando por diversos relatórios, uma pesquisa de campo sobre as ciências sociais no Paquistão e no atual Bangladesh, e enfim, o Conselho Internacional de Ciências Sociais, do qual fui por diversos anos o primeiro Secretário Geral.

Devo esta confiança recebida da Unesco, durante seu período inicial, a dois homens, criadores do Departamento de Ciências Sociais, a cuja memória quero render homenagem: Otto Klineberg, ao qual me associei em Nova York durante a guerra, quando foi professor da Universidade de Colúmbia, e o grande etnólogo Alfred Métraux, ao qual me liguei numa amizade fraternal, e a quem a Smithsonian Institution

¹ Texto da conferência pronunciada em 16 de novembro de 2005, na abertura do colóquio internacional "60 anos de história da UNESCO", realizado em Paris. Publicado originalmente em *Diogène* n. 215, julho-setembro 2006, pp. 3-10. Tradução do francês de Dorothea V. Passetti.

*Nasceu em Bruxelas, em 1908, e vive em Paris. Criador da Antropologia estrutural, é professor honorário do Collège de France, membro da Academia Francesa e autor de diversos livros, dentre os quais *Estruturas Elementares do Parentesco*, *Tristes Trópicos*, *O Pensamento Selvagem*, *Mitológicas* (4 volumes) e *Olhar escutar ler*.

prepara-se para celebrar por meio de uma exposição consagrada a ele e a sua obra.

Foi Klineberg que concebeu e lançou o programa internacional de pesquisas conduzido num espírito etnológico, mas aplicado a aldeias ou pequenas cidades de países ditos desenvolvidos, o que colocou em pé de igualdade as sociedades de tipo ocidental e aquelas dos povos autóctones. Fui encarregado da parte francesa, de onde resultou a obra produzida principalmente pelo saudoso Lucien Bernot (então meu aluno e posteriormente meu colega no Collège de France), *Nouvelle, un village français*², que se tornou um clássico e foi recentemente reeditado.

Os Doutores Edgar Krebs e Harald Prins, organizadores da exposição da qual falei, evocarão mais amplamente a figura de Alfred Métraux e seu trabalho na Unesco durante este colóquio. Limitar-me-ei então a sublinhar seu papel na luta contra o racismo e como inspirador da coleção de folhetos intitulada “A questão racial perante a ciência moderna”. Ele me responsabilizou por um, que a Unesco acaba de reeditar com minha conferência “Raça e Cultura”, que foi em 1971 a última contribuição que lhe prestei.

O colóquio de hoje oferece a ocasião de interrogar-me sobre as razões profundas pelas quais um etnólogo poderia sentir-se, em domínios aparentemente muito diversos, de acordo com as missões propostas à Unesco pela Organização das Nações Unidas. Diversas destas missões escapavam à sua competência, mas ele se concentrou numa que, no decorrer dos anos, ocuparia o primeiro plano. Ora, essa missão é a mesma que, a partir da sua formação como disciplina autônoma no final do século XVIII, o etnólogo deve considerar como essencialmente sua.

Para melhor destacar este papel central, farei um breve recuo no tempo.

² *Nouvelle, un village français* foi organizado por Lucien Bernod e René Blancart, publicado em 1953 pelo Institut d’Ethnologie e, em 1996, pelas Editions des Archives Contemporaines – EAC. (N.da T.)

A etnologia — ou a antropologia, como se diz atualmente — toma o homem como objeto de estudo, mas difere das outras ciências humanas pelo desejo de captar seu objeto em suas mais diversas manifestações. É por essa razão que, para ela, a noção de condição humana continua marcada por uma certa ambigüidade: devido à sua generalidade, o termo parece reduzir diferenças que o etnólogo tem como finalidade essencial assinalar e isolar, não sem postular um critério implícito — aquele mesmo de condição humana — que é o único a permitir-lhe circunscrever os limites externos de seu objeto.

Todas as tradições intelectuais, incluindo a nossa, confrontaram-se com esta dificuldade. Os povos estudados pelos etnólogos às vezes só atribuem a dignidade de uma condição verdadeiramente humana aos seus próprios membros. Encontramos este uso não apenas entre os povos ditos autóctones, mas também na Grécia, na China e no Japão antigos onde, por uma aproximação curiosa, as línguas dos povos qualificados como bárbaros eram, de forma parecida, assimiladas ao gorjeio dos pássaros.

Até a etnologia, no seu início, não hesitou em situar os povos que estudava em categorias separadas da nossa, mais próximas da natureza, como implica a etimologia do termo “selvagem” e, de modo mais explícito, a expressão alemã *Naturvölker*³, ou fora da história, quando as denominava “primitivos” ou “arcaicos”, outra maneira de recusar-lhes um atributo constitutivo da condição humana.

A partir destes começos até a primeira metade do século XX, a reflexão etnológica consagrou-se em grande medida a descobrir como conciliar a postulada unidade de seu objeto com a diversidade e muitas vezes com a incompatibilidade de suas manifestações particulares. Para que isso ocorresse foi necessário que a noção de civilização, conotando um conjunto de atitudes gerais, universais e transmissíveis, cedesse seu lugar à noção de cultura, tomada numa nova acepção, uma vez que denota uma grande quantidade de estilos de vida particulares, não

³ Literalmente: “povos da natureza”, “povos naturais” (N. da T.).

transmissíveis, apreendidos sob a forma de produções concretas — técnicas, valores, costumes, instituições, crenças — mais que capacidades virtuais, e correspondentes a valores observáveis no lugar de verdades ou supostas verdades.

Ora, a noção de cultura coloca imediatamente problemas que são, ousado dizer, aqueles de seu emprego no singular e no plural. Se a cultura — no singular mesmo, eventualmente com uma maiúscula — é o atributo distintivo da condição humana, quais traços universais ela inclui, e como se define sua natureza? Mas se a cultura se manifesta apenas sob formas prodigiosamente diversas que ilustram, cada uma ao seu modo, milhares de sociedades que existem ou que existiram na Terra, estas formas são todas equivalentes, ou elas são passíveis de julgamentos de valor que, na afirmativa, retinirão inevitavelmente no sentido da própria noção?

Ultrapassar a aparente antinomia entre a unidade da condição humana e a pluralidade inexaurível das formas sob as quais nós a apreendemos, é o objetivo essencial que a antropologia toma para si. Presente desde a origem nas preocupações da Unesco, aí também assumiu uma importância crescente.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, ainda sob o efeito do horror que as doutrinas racistas e sua aplicação prática através do massacre de populações inteiras e os campos de extermínio inspiraram, era normal que a Unesco considerasse como sua tarefa mais urgente a crítica científica e a condenação moral da noção de raça. Daí as duas declarações sucessivas sobre as raças, respectivamente em 1951 e 1952. Por que duas? É que aos olhos dos biólogos, a primeira, de inspiração sociológica, mostrou-se demasiadamente simplista. Aparentemente, após a segunda declaração, a Unesco podia considerar o problema como definitivamente resolvido.

Entretanto, por volta de 1950, a genética das populações ainda não havia decolado. Ela incita hoje a reconhecer uma crescente complexidade na unidade do homem, noção esta que não questiona. Ela discerne, sob esta unidade, aquilo que denomina lógica difusa de

variantes genéticas que se cruzam e se entrecruzam, se isolam, se dispersam ou se confundem no decorrer do tempo, e cuja transição pode oferecer uma utilidade real para a medicina. Sempre continuando a declarar a unidade do homem, devemos permanecer atentos às correntes da pesquisa científica e promover ajustes, quando necessário, o que a Unesco fez em duas declarações subseqüentes, em 1964 e em 1967. Essa tarefa torna-se ainda mais necessária em função de inquietações provocadas por certas publicações recentes atribuídas a biólogos que tentam conferir um estatuto à noção de raça e que, mesmo em acepções diferentes daquelas que ela poderia ter no passado, continuam bastante delicadas.

*

O reconhecimento da diversidade cultural e a proteção das identidades culturais ameaçadas formam o segundo vetor dessa missão da Unesco, no qual a Antropologia também se reconhece. A Unesco concebeu-o primeiramente sob o prisma do patrimônio mundial, em que essa diversidade se manifesta, em certa medida, desdobrada no tempo. Mais recentemente buscou também localizá-la no espaço, incluindo todas as modalidades espalhadas pelo mundo e que, por serem imateriais, privadas de realidade tangível, correm o risco de desaparecer sem que quaisquer traços subsistam. É o caso de tradições orais, conhecimentos relativos à natureza e ao mundo, modos de fazer tradicionais de diversos ofícios e, acima de tudo, as línguas que são seus meios comuns de expressão. Pois, sob a forma imaterial, cada língua certamente constitui, pelo seu agenciamento interno, um monumento tão precioso quanto as obras primas de arquitetura inscritas pela Unesco no patrimônio mundial. Cada língua percebe e recorta o mundo de uma maneira que lhe é própria; pela sua estrutura ela abre uma via de acesso original ao seu conhecimento.

A Unesco é tão atenta a esse papel central da linguagem, mostra-se tão solícita em mobilizar os lingüistas do mundo inteiro para o

estudo e a manutenção das línguas ameaçadas de extinção, como no exposto de sua Estratégia de Médio Prazo para o período de 2002 a 2007, que não insistirei a respeito desse assunto, a não ser relatando um caso que merece, penso, ser registrado no dossiê.

Há uns trinta anos, no Canadá, numa encosta da Colúmbia Britânica, eu aguardava a balsa que deveria me conduzir à pequena ilha de Alert Bay, uma reserva dos índios chamados na literatura etnológica de Kwakiutl e que se autodenominam Kakwaka'wakw. No cais, puxei conversa com um jovem passageiro vestido com uma combinação de agasalhos de cores muito chamativas. Era um índio kwakiutl, criado fora da reserva desde criança pequena e que decidira voltar a morar ali para aprender a escultura tradicional. Seria, explicou, um ofício que lhe permitiria escapar dos impostos. “Mas – acrescentou - a dificuldade está no fato de eu ter que começar aprendendo a língua”.

Fiquei surpreso com esse comentário. Pois, para esse rapaz altamente aculturado, parecia ser óbvio que a arte tradicional, os mitos e as lendas que ela ilustra, e a própria língua, formam um todo. Sabe-se que os Kwakiutl e seus vizinhos da Colúmbia Britânica e do Alasca são criadores de obras gráficas e plásticas de uma veemente originalidade. Sufocados durante diversas décadas por perseguições dos poderes públicos desde meados do século passado, essas artes, cuja sorte está indissolúvelmente unida à da linguagem, reencontravam sua vitalidade.

Ora, eu acabei recebendo, ano passado, um pedido de ajuda do chefe das nações Kakwaka'wakw. Sua língua, o kwakwala, escreveu-me, mal estava sendo falada por 200 pessoas. A Unesco pôde convencer-se a partir de outros exemplos, infelizmente numerosos, que as línguas são um tesouro, em primeiro lugar nelas mesmas e também porque seu desaparecimento desencadeia o de crenças, saberes, usos, artes e tradições que são por sua vez peças insubstituíveis do patrimônio da humanidade.

A Unesco enfatiza em todos seus textos: esses temores são infelizmente mais que justificados pelo empobrecimento acelerado das diversidades culturais devido a essa conjunção lastimável de fenômenos

que chamamos de mundialização. Ocorrência sem equivalente na história da humanidade, essa mundialização resulta em grande parte da explosão demográfica que, em menos de um século, quadruplicou o efetivo de nossa espécie, fato em que devemos ver a verdadeira catástrofe. Entretanto, talvez convenha escrutinar mais atentamente a história na busca de conjunturas que, numa escala consideravelmente reduzida, certamente poderia apresentar precedentes.

Em relação a isto, existe uma remota semelhança entre o modo como atualmente a mundialização tende a uniformizar as culturas e o estado das coisas que recebeu dos historiadores da arte o significativo nome de gótico internacional. Durante algumas décadas que cobrem aproximadamente o último quartel do século XIV e a primeira metade do século XV, a multiplicação das trocas, o zelo dos colecionadores e dos marchands tornaram as proveniências das obras pictóricas praticamente indiscerníveis. Difundido em toda a Europa, resultado de influências recíprocas, este estilo internacional investia na deformação da aparência do corpo humano distorcendo certas proporções, ou então através do porte de vestimentas extravagantes e da superabundância de ornamentos e adereços. Ao mesmo tempo, mostrava-se obcecado pela morte e por seus aspectos assustadores.

Não existiria aí uma semelhança, não apenas formal, mas de fundo, com certas tendências de nossas artes contemporâneas? Observamos, nos dois casos, um zelo por desnaturar o corpo humano, seja pela aparência – vestimenta ou representação figurada – ou pelo tratamento do próprio corpo como objeto; de outro lado, a vontade de incluir no campo da arte até os aspectos mais repulsivos da condição humana.

O paralelo é tão evidente que poderíamos ser tentados, apenas com base nestes dois exemplos, a formular uma lei das conseqüências culturais da mundialização. Mas não me arriscarei. Se evoquei o exemplo do gótico internacional, foi para sublinhar que esse estado de indistinção, longe de se estender, foi o meio em que surgiram e divergiram, sempre mantendo contatos, as escolas de pintura flamenga,

de um lado, e italiana, de outro: ou seja, as formas mais pronunciadas de diversidade que a arte ocidental conheceu.

O tempo não corre sempre no mesmo sentido. Ao reinado invasor da uniformidade podem se suceder reviravoltas imprevistas. Isso aconteceu no passado e é possível esperar que, mesmo no seio da mundialização em curso, novas diversidades estejam em gestação, das quais sequer supomos a natureza.

De todo modo, após a rejeição das evoluções unilineares, para escapar do pessimismo que o presente estado do mundo pode inspirar, é possível retomar alguma esperança voltando a certas idéias de Giambattista Vico, fundador, no século XVIII, de uma nova concepção de história. Sua teoria de *corsi e recorsi* convida a ver em cada período da história a projeção sobre um outro plano de um modelo já presente num ciclo precedente. De sorte que a história desenvolver-se-ia em espiral. Concedendo lugar, nas análises históricas, a uma certa periodicidade, podemos reencontrar razões para um otimismo moderado, além de se reconciliarem as diferentes concepções que os antigos filósofos, os pensadores do Oriente e do Extremo Oriente e os povos autóctones faziam do tempo. Enfim, atribui-se à história humana seu lugar entre outras manifestações da vida, pois, nessa perspectiva, certos traços que se acreditava serem especificamente humanos aparecem como o re-surgimento, na ordem do pensamento, de propriedades inerentes à vida propriamente dita, assim como sugere a analogia de estrutura entre o código genético e a língua articulada, esclarecida pelo grande lingüista Roman Jakobson num relatório escrito para a Unesco, publicado em 1970.

Por seu lado, a Unesco sempre reconheceu que existe uma correspondência entre a diversidade cultural e a biodiversidade. Já a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, aproximou os dois aspectos associando os “habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas” ao patrimônio cultural. A Unesco, aliás, constituiu através do mundo cerca de quinhentas

reservas de biosferas para preservar casos remarcáveis de biodiversidade.

No decorrer dos anos, ela deu a esse laço uma crescente importância procurando entender suas razões. Assim, nas suas Proposições para 2006-2007, o Diretor Geral sublinha a existência de “laços conceituais entre a diversidade cultural e a diversidade biológica”. Parece-me, com efeito, que para desenvolver diferenças, para que os limiares que permitem distinguir uma cultura da de seus vizinhos sejam suficientemente marcados, as condições são *grosso modo* as mesmas que favorecem a diferenciação biológica: isolamento relativo durante um tempo prolongado, trocas limitadas, quer sejam de ordem cultural ou genética. No nível próximo, as barreiras culturais são de natureza igual às barreiras biológicas: estas as prefiguram de uma maneira ainda mais verídica, uma vez que todas as culturas imprimem sua marca no corpo por estilos de vestimentas, de penteados e de adornos, por mutilações corporais e por comportamentos gestuais. Elas mimetizam diferenças comparáveis às que reconhecemos entre as variedades no seio de uma mesma espécie.

Diversidade cultural e diversidade biológica não são, portanto, apenas fenômenos do mesmo tipo. São organicamente ligados, e percebemos a cada dia que, na escala humana, o problema da diversidade cultural reflete um problema muito mais vasto, cuja solução é ainda mais urgente: o das relações entre o homem e as outras espécies vivas. De nada serviria pretender resolvê-lo no primeiro plano se ele também não foi enfrentado no outro. Pois o respeito que desejamos obter de cada homem em relação às culturas diferentes da sua não passa de um caso particular do respeito que ele deveria sentir por todas as formas de vida. Isolando o homem do restante da criação, definindo de forma demasiadamente estreita os limites que dela o separam, o humanismo ocidental herdado da Antiguidade e do Renascimento permite que sejam rejeitadas, para fora das fronteiras arbitrariamente traçadas, frações cada vez mais próximas de uma humanidade à qual fica mais fácil recusar a mesma dignidade que ao

restante, por esquecermos que, se o homem é respeitável, ele o é antes como ser vivo, mais do que como senhor e mestre da criação, primeiro reconhecimento que o constrangeu a sentir respeito por todos os seres vivos.

Estas verdades são evidentes para os povos estudados pelos antropólogos. Felicitamo-nos então pelo fato de que as organizações internacionais, e em primeiro lugar a Unesco, concedam crescente atenção a seus interesses vitais e a seus pensamentos filosóficos.

Através de sábios costumes que seria equivocado considerar como superstições, estes povos limitam o consumo de outras espécies vivas pelo homem, impondo-lhe o respeito moral associado às regras para assegurar a conservação delas. Tais são as lições que os etnólogos aprenderam com eles, desejando que, no momento em que a Unesco os ajuda a se juntarem ao conjunto das nações, ela também os assista na sua vontade de conservar intactos esses princípios e que encoraje outros a neles se inspirarem.